

SAÚDE, DESENVOLVIMENTO e SNS

(2º Congresso da AMALENTEJO - Castelo de Vide 30/6/2018)

O nível de saúde de uma população é condição indispensável para o desenvolvimento da região ou do país onde vive. Nem outra coisa seria de esperar, quanto mais não seja, e numa abordagem simplista, porque só pessoas com saúde estão aptas a aplicar ao máximo as suas capacidades físicas, psíquicas e intelectuais no aproveitamento de todas as potencialidades de uma região ou país. Por outro lado, uma região atrai pessoas se oferecer serviços de saúde de qualidade.

O SNS, uma das conquistas da Revolução de 25 de Abril de 1974, tem a missão de garantir a todas as pessoas, independentemente da sua situação económico-social, cuidados gerais de saúde, preventivos e curativos. O nosso SNS permitiu alcançar excelentes resultados, ao nível dos países mais desenvolvidos, sendo ainda hoje considerado um dos melhores do mundo.

Sucedem que o SNS está doente, bastante doente, doença esta que se vem arrastando praticamente desde que foi criado e agravando sobretudo nos últimos 20 anos. A causa desta doença é bem conhecida: são as políticas de direita dos vários governos impostas pela União Europeia e pelo Euro, com total desrespeito pela soberania nacional, que têm minado e descaracterizado o SNS, com o objectivo de o descredibilizar, para mais tarde a sua privatização ser possível e aceite pelas populações.

Esta doença do SNS manifesta-se por vários sintomas. No Alentejo podemos identificar os seguintes:

- encerramento de vários serviços de atendimento permanente e de postos de saúde, com a consequente diminuição da prestação de cuidados de saúde de proximidade, agravada pela interioridade, despovoamento e envelhecimento das populações e pelas más acessibilidades rodovias e ferroviárias;

- diminuição dos horários de atendimento nos Centros de Saúde;

- Centros de Saúde com instalações degradadas e com frequente falta de material indispensável;

- muitos utentes sem Médico de Família (22871 em todo o Alentejo) e sem Enfermeiro de Família;

- Serviços da Urgência caóticos, com doentes em macas, e tempos de espera elevados, pondo em risco a sua segurança, com más condições de trabalho para os profissionais, não permitindo um atendimento mais humano e de melhor qualidade, e onde também muitas vezes falta material indispensável;

- diminuição do número de camas hospitalares, não compensada pela abertura de Unidades de Cuidados de Convalescença;

-falta de profissionais de saúde, em particular médicos de várias especialidades, enfermeiros e assistentes operacionais;

-longas listas de espera para algumas especialidades e exames complementares.

Esta doença tem tratamento curativo: uma nova política que passa necessariamente por diminuir o sub-financiamento crónico do SNS, que se calcula ser da ordem dos 20% nos últimos 10 anos, sendo premente que no orçamento de estado sejam reforçadas as transferências de verbas para o SNS, a fim de dotar os serviços de saúde dos montantes necessários à melhoria da prestação de cuidados e ao investimento.

Para o Alentejo, são precisas as seguintes medidas urgentes em infra-estruturas e equipamentos de saúde:

-construção do novo Hospital de Évora, com financiamento e gestão públicos;

-início das obras da chamada 2ª fase do Hospital de Beja, há muito faladas e previstas, mas nunca concretizadas, para alargamento do seu espaço físico (urgência, consultas externas, bloco operatório);

-substituição dos aparelhos de imagiologia do Hospital de Beja, que há muito ultrapassaram o seu tempo útil de vida, e por isso, estão constantemente avariados, e aquisição da ressonância magnética nuclear;

-identificação dos locais onde é necessário construir novos centros de saúde e aqueles onde são urgentes obras de requalificação;

-construção de uma unidade de prestação de cuidados continuados e de cuidados paliativos de gestão pública em cada sub-região do Alentejo; esta medida, juntamente com a atribuição a todos os utentes de um médico e enfermeiro de família e a diminuição do número de utentes por lista, iria com toda a certeza resolver o problema da sobrecarga das urgências hospitalares;

-estudo integrado das necessidades da região em cuidados de Saúde Mental e Psiquiátricos, com a implementação das unidades consideradas em falta.

Nestas medidas não podem deixar de ser incluídas a melhoria das acessibilidades, com transportes públicos a rolar em rodo e ferrovias seguras e modernizadas, e ainda uma Escola Pública que inclua no seu plano de estudos matérias adequadas a crianças e jovens, no sentido de promover a saúde através da adopção de estilos de vida saudáveis, prevenir a doença e saber lidar com as doenças crónicas, para alcançar níveis elevados de literacia em saúde.

Devem ser tomadas medidas urgentes para colmatar a grave carência em recursos humanos, médicos, enfermeiros, assistentes operacionais e outros técnicos de saúde, integrados em carreiras públicas, com vínculo permanente e com possibilidade de progressão de acordo com o mérito.

O Poder Central pretende aplicar um outro tipo de terapêutica, a chamada municipalização da saúde. Este tipo de tratamento, a ir para a frente, trará a curto prazo

efeitos secundários e colaterais gravíssimos, que poderão levar à desintegração da prestação de cuidados de saúde e constituir um passo no processo de privatização e à morte definitiva do SNS universal, geral e gratuito. Não é esta a terapêutica correcta, mas sim a regionalização, a criação das regiões administrativas, nomeadamente a região do Alentejo, como a AMALENTEJO defende.

Num debate sobre desenvolvimento regional, é necessário encarar também o problema da saúde numa outra perspectiva: a influência que este desenvolvimento pode ter na saúde das populações. Não é desejável um desenvolvimento anárquico e agressivo para o meio ambiente; deseja-se, sim, que seja harmonioso, sustentado, quer a nível da agricultura, da agro-indústria, da indústria e da produção de energia. A relação ambiente/saúde não é a minha especialidade e sai fora do âmbito da minha comunicação, mas não quis deixar de a mencionar num painel sobre Desenvolvimento Económico, Social e Cultural, para reflexão posterior.

Ficam também para reflexão posterior temas importantes: como articular entre si os Hospitais da futura região Alentejo, que especialidades são necessárias, como se devem relacionar os Cuidados de Saúde Primários com os Cuidados Hospitalares, qual o papel das Autarquias e do sistema educativo na promoção de condições necessárias para que toda a população possa usufruir de um estilo de vida saudável para prevenir doenças crónicas, como melhor cuidar dos nossos idosos e dos nossos dependentes.

Os profissionais de saúde, os utentes, os doentes e os cidadãos em geral devem estar informados do que está em causa e organizarem-se para exigirem aquilo a que têm direito e para denunciarem as tropelias que estão em curso e aquelas que ainda virão, e lutarem para não perderem o direito a um SNS geral, universal e gratuito, uma das conquistas mais importantes do 25 de Abril. Todos em conjunto, profissionais de saúde e utentes, conseguiremos!

Viva um Alentejo desenvolvido e saudável!

Viva a AMALENTEJO!